



CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA PERNAMBUCO

BALANÇO PATRIMONIAL

Período de 01/01/2021 até 31/12/2021

Unidade Gestora CM



Documento assinado digitalmente por: ADRIANA JORGE DE ARAUJO, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: https://brasil.ssignat.br/pe.gov.br/epv/validarDoc.seam?Codigo_documento=9411669b-2c1f-42b283de-71765b57bd12

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	28.064,19	28.092,88	Passivo Circulante	19.976,67	19.976,67
Caixa e Equivalentes de Caixa F	0,74	29,43	Obrigações Trabalhistas a Pagar		
Créditos a Curto Prazo P	28.063,45	28.063,45	Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores Contas a Pagar		
Clientes			Obrigações Fiscais		
Créditos de Transferências a	P 28.063,45		Obrigações de Repartições a Outros		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Curto Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo F	19.976,67	19.976,67
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajuste de Perdas de Créditos					
Demais Créditos a Curto Prazo					
Investimentos e Aplicações					
Estoques					
VPD Pagas Antecipadas					
Ativo Não Circulante	475.197,27	428.605,27	Passivo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalhistas a Pagar		
Créditos a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar		
Clientes			Obrigações Fiscais		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Longo Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Longo Prazo		
Dívida Ativa Não Tributária			Resultado Diferido		
Créditos Previdenciários RPPS			PASSIVO	19.976,67	19.976,67
(-) Ajuste de Perdas de Créditos			Patrimônio Líquido		
Demais Créditos e Valores			Patrimônio Social e Capital Social		
Investimentos Temporários			Adiantamento Para Aumento de		
Estoques			Reservas de Capital		
VPD Pagas Antecipadas			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Investimentos			Reservas de Lucros		
Participações Permanentes			Demais Reservas		
Propriedades para Investimentos			Resultados Acumulados	483.284,79	437.808,30
Investimentos do RPPS			Superávits ou Déficits Acumulados	483.284,79	437.808,30
Demais Investimentos Permanentes			Superávits Déficits Exercício	45.476,49	123.981,73
Imobilizado P	475.197,27	428.605,27	Superávits Déficits Exerc. Anterior	437.808,30	313.826,57
Bens Moveis P	127.434,71	80.842,71	Ajustes de Exercícios Anteriores		
Bens Imóveis P	347.762,56	347.762,56	Superávits Déficits de Extinção		
(-) Depreciação e Amortização			Lucros e Prejuízos Acumulados		
Intangível			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Softwares			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	483.284,79	437.808,30
Marcas, Direitos e Patentes					
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
ATIVO	503.261,46	456.698,15	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	503.261,46	456.698,15

ADRIANA JORGE DE ARAÚJO

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



**CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA
PERNAMBUCO**

BALANÇO PATRIMONIAL

Período de 01/01/2021 até 31/12/2021

Unidade Gestora CM



Documento assinado digitalmente por: ADRIANA JORGE DE ARAÚJO, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: https://epec.tec.pe.gov.br/epv/validador.seam?codigo_documento=941f669b-2c1f-42b2-83de-71765b57bd42

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO Financeiro/Permanente	503.261,46	456.698,15	PASSIVO Financeiro/Permanente	19.976,67	18.389,85
Ativo Financeiro	0,74	28.092,88	Passivo Financeiro	19.976,67	18.389,85
			Crédito Empenhado a Liquidar		
			Empenhos a Liquidar Inscritos RAP		
			RAP Não Processado a Liquidar		
Ativo Permanente	503.260,72	428.605,27	Passivo Permanente		
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL		
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potencias Ativos			Saldo dos Atos Potencias Passivos		
Total Atos Potencias Ativos			Total Atos Potencias Passivos		
Superávit / Déficit Financeiro					
001-Recursos Ordinários	740.389,32	919.446,26			
1xx-Recursos Educação					
2xx-Recursos Saúde					
3xx-Recursos Assistência Social					
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS					
5xx-Outras Transferências Convênios					
6xx-Recursos de Contribuições					
910-Recursos próprios					
920-Recursos Operações Crédito					
930-Recursos Alienação Bens/Ativos					
940-Outras vinculações					
950-Outras vinculações taxas e					
990-Outros Recursos Vinculados					
090-Outros Recursos Não Vinculados					
Total	740.389,32	919.446,26			

ADRIANA JORGE DE ARAÚJO

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Documento Assinado Digitalmente por: DR. ANDRIANA JORGE DE ARAÚJO, LUIZ PAULINO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://cefic.org.br/validador> Código de Verificação: 9411f660f-29f-42b-83de-7f765b577b4a

NOTA EXPLICATIVA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SC nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição. A metodologia de registro, mensuração e evidência submetem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.

DIRETRIZES CONTÁBEIS

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências da Secretaria do Tesouro Nacional, sobretudo aderindo as constantes mudanças publicadas anualmente, para atender as reiteradas modificações propostas e exigidas em cada nova Edição do MCASP.

Assim sendo, esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE e foram elaborados em consonância com a Lei 4.320/64 e a última edição do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atendendo às exigências da STN e do Tribunal de Contas do Estado, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Órgão estão passando por grandes transformações com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Dessa forma, e com base nas orientações do MCASP, as seguintes alterações nas Políticas Contábeis foram adotadas na geração das Demonstrações Contábeis no exercício:

- Apropriação das Variações Patrimoniais Diminutivas após a liquidação da despesa, ou seja, as despesas não liquidadas não mais compõem o Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
- Restos a Pagar Não Processados do exercício atual foram excluídos do quadro principal do Balanço Patrimonial.

CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Com o novo PCASP, houve grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; e o controle de estoque.

As receitas e despesas dependentes e independentes da execução orçamentária foram escrituradas pelo método das partidas dobradas, para correta demonstração da receita efetivamente arrecadada bem como da despesa efetivamente realizada.

O Regime Contábil utilizado foi o regime Misto, sendo Regime de Caixa para o Registro das Receitas e o de Competência para as Despesas.

Com relação à avaliação do Ativo, a Prefeitura Municipal aplicou aos bens sob o seu poder e guarda, as diretrizes traçadas para que em 2019, os mesmos já fossem reajustados a valor justo, e posteriormente, aplicado o processo de depreciação dos mesmos. As Disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional.

Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades. São mensurados pelo valor de aquisição e o método utilizado para mensuração e avaliação das saídas do estoque é o custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, e em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é obtido com base no valor patrimonial definido nos termos da doação, ou na falta deste, em avaliação de valor justo de mercado.

BALANÇO PATRIMONIAL

a) Critérios contábeis adotados para o Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 da Lei 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Pode-se usar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.



b) Análise do Balanço Patrimonial

Balanco Patrimonial ATIVO	Exercício Anterior		Exercício Atual		
	2020	AV	2021	AV	AH
Ativo Circulante	28.092,88	18,07%	28.064,19	17,42%	-0,79%
Ativo não Circulante	428.605,27	81,93%	475.197,27	82,58%	1,42%
Total	456.698,15	100,00%	503.261,46	100,00%	0,63%
PASSIVO	2020	AV	2021	AV	AH
	2020	AV	2021	AV	AH
Passivo Circulante	18.889,85	9,60%	19.976,67	9,61%	1,90%
Passivo não Circulante	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	18.889,85	100,00%	19.976,67	100,00%	1,90%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Resultados Acumulados	437.808,30	100,00%	483.284,79	100,00%	-9,2%
Total	437.808,30	100,00%	483.284,79	100,00%	-9,2%

1 – Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.1.1.01.00.00	Caixa	0,00
1.1.1.1.1.19.00.00	Banco conta movimento e vinculada	0,74
1.1.1.1.1.50.00.00	Aplicação financeira	0,00
1.1.1.1.1.60.00.00	Créditos a Curto e a Longo Prazo	28.063,45
TOTAL GERAL		28.064,19

O montante bancário no final do exercício corresponde ao saldo de R\$ 0,74, saldo devidamente conciliado. Os valores divergentes correspondem a saldos não encontrados no início da Gestão.

2 – Créditos

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A Câmara Municipal de Paranatama possui créditos no montante de R\$ 28.063,45, oriundos de Inscrição da Dívida Ativa.

3 - Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. A Câmara Municipal possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação. A Prefeitura Municipal não obteve ativos do imobilizado obtidos a título gratuito.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

a) Formação de comissão do patrimônio

O decreto para criação da comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial da Câmara Municipal de Paranatama foi formalizado no exercício de 2020. Em 2021, iniciou o levantamento dos bens em comparação com os registros efetuados no final de 2020.

b) Reconhecimento e mensuração de ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a



Documento Assinado Digitalmente por: ADRIANA VARGEM DE ARAÚJO, ID: 1212 PAULONE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: http://www.paranatama.pr.gov.br/portal/validar_documento.asp?codigo_documento=9411669122&ff=42b2-83de-71765b57bd2

prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado pela Câmara Municipal de Paranatama.

No tocante a mensuração, consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico.

Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto Prefeitura Municipal de Paranatama, adotará, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua natureza de aquisição.

c) **Depreciação**

Foi adotado o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Neste exercício adotou medidas de mensuração para reconhecimento das depreciações vinculadas ao Balanço Patrimonial. O valor acumulado de depreciação advindo do Setor Patrimonial corresponde ao montante registrado nas variações patrimoniais.

d) **Redução do valor recuperável (impairment)**

A entidade adotará as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e além do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

e) **Valor econômico do patrimônio**

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio da Prefeitura Municipal de Paranatama, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2019:

BENS MÓVEIS

Conta	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.01.00.00	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	54.319,64
1.2.3.1.1.02.00.00	Bens de Informática	24.343,00
1.2.3.1.1.03.00.00	Móveis e Utensílios	25.615,48
1.2.3.1.1.04.00.00	Materiais Culturais, educacionais e de comunicação	0,00
1.2.3.1.1.05.00.00	Veículos	0,00
1.2.3.1.1.06.00.00	Peças e Conjuntos de Reposição	0,00
1.2.3.1.1.99.00.00	Demais bens móveis	24.156,59
TOTAL GERAL		127.434,71

BENS IMÓVEIS

1.2.3.2.1.99.00.00	Demais bens Imóveis (Edificações)	347.762,56
TOTAL GERAL		475.197,27

F) Intangível

Os ativos intangíveis são incorpóreos representados por direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. A Câmara Municipal de Paranatama não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

4 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. A entidade possui obrigações a pagar de exercícios anteriores, no montante total de R\$ 19.976,67.

5 - Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo

Compreende a retenções de Empréstimos Consignados em Folha de Pagamentos dos Funcionários, referentes a saldos de exercícios anteriores a esta prestação de contas no valor acumulado de R\$ 0,00.

6 - Demais obrigações de curto prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. No exercício de 2021, o valor corresponde a demias depósitos, ou seja, refere-se ao saldo das Contas Extraorçamentárias, isto é, valores que foram descontados/consignados em folhas, faturas de serviços e não recolhidos no exercício ou exercício anterior. Tais valores podem ser encontrados na Demonstração da Dívida Flutuante do Órgão e o montante corresponde a R\$ 0,00 valores estes de exercícios anteriores somados aos do exercício em epígrafe.